

Dieese confirma: Reforma Administrativa prejudica atuais servidores

A mais recente Nota Técnica (NT) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) contesta frontalmente a ideia, divulgada pelo Governo Federal, de que a chamada Reforma Administrativa encaminhada ao Congresso não traria impactos aos atuais servidores caso aprovada.

Publicada no dia 04/11 e intitulada "Impactos da reforma administrativa sobre os atuais servidores públicos", a NT número 247 analisa de forma detalhada o projeto elaborado pelo Planalto, apontando efeitos diretos e indiretos sobre os atuais servidores.

De acordo com o documento, uma das principais alterações que miram direitos dos atuais servidores – "talvez a mais importante" – é o que é qualificado como "relativização da estabilidade".

"A proposta prevê que o servidor possa perder seu cargo a partir de uma decisão proferida por órgão judicial de segunda instância. Um gravíssimo retrocesso para os servidores, visto que atualmente a perda do cargo só pode ocorrer após o trânsito em julgado do processo", explica a Nota.

Outros direitos e garantias, ainda que não atacados diretamente pela Proposta de Emenda Constitucional que apresenta a reforma, podem ser posteriormente retirados, já que o texto do projeto prevê mudanças caso haja alterações em normas abaixo da Constituição, confrontando a ideia de direitos adquiridos: "Se houver alteração ou revogação de lei que institui esses direitos, os atuais servidores e empregados públicos podem ser incluídos na nova regra geral instituída".

A flexibilização da estabilidade é um dos principais pontos de crítica por analistas e entidades de servidores, já que o instituto é visto como uma salvaguarda contra interferências políticas na prestação de serviços públicos.

Servidores prometem "enxurrada" de ações na Justiça se reforma passar no Congresso

Se a proposta de reforma administrativa for aprovada pelo Congresso Nacional como está, os servidores prometem uma "enxurrada" de ações na Justiça para barrar a medida. A PEC 32/20, que muda o RH de todo o país (União, estados e municípios), prevê o fim da estabilidade e de diversos benefícios para futuros funcionários públicos.

Porém, o texto também tem brechas para que a extinção de adicionais por tempo de serviço (como triênio), licença-prêmio, progressões automáticas e outros benefícios alcance os atuais servidores, como aponta um estudo divulgado na última quinta-feira, 05/11, pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público.

Para a coordenadora-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Sandra Silvestrini, a PEC apresenta vícios de inconstitucionalidade. Integrante do Movimento A Serviço do Brasil, Silvestrini disse que o objetivo dessa mobilização "é de ir até o final na proteção do serviço público e da sociedade". "Uma vez aprovada a PEC, terá que se recorrer à Justiça, porque já se percebe que há vícios de inconstitucionalidade", declarou a coordenadora da Fenajud.

Ela acrescentou que a ação será para proteger a qualidade dos serviços públicos e a sociedade. Silvestrini citou que a estabilidade, por exemplo, é uma garantia para a própria população, pois permite o trabalho independente do funcionário público.

'Se não for corrigida, vamos ao Supremo'

Presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques declarou que "da forma como foi redigida, a reforma administrativa atinge durante os atuais servidores". "Vamos tentar corrigir isso na tramitação. Se não for possível, vamos ao Supremo Tribunal Federal (STF)", afirmou Marques.

Além da Reforma: Congresso tem 447 projetos que tratam de servidor público

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa entregue no dia 03/09 à Câmara dos Deputados, se juntou a pelo menos 447 outras propostas com temas semelhantes que já tramitam no Congresso Nacional.

Um dos mais antigos, o PL 3325/89, do ex-deputado Álvaro Valle (PL-RJ) falecido em 2000, dispõe sobre doações e presentes recebidos por servidores públicos da administração direta e indireta, bem como de fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público. O projeto está "pronto para pauta no plenário".

Há também projetos mais recentes com foco na Covid-19, como o PL 1916/20, do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), que suspende o reajuste de salários do funcionalismo público em razão da pandemia.

Diversos projetos versam sobre remuneração, aposentadoria, direito de greve ou deveres enquanto servidores públicos. Há também matérias que tratam de categorias específicas como professores ou policiais ou regulamentam carreiras de determinados órgãos ou poderes.

Segundo levantamento feito somente no site da Câmara, foi possível identificar a tramitação de, pelo menos, 340 propostas legislativas entre Projetos de Leis e PECs que versam sobre o "funcionalismo público" ou "servidor público" desde 1989.

Caos promovido pelo governo Bolsonaro toma conta do Brasil

Um caos estrutural está tomando conta do estado brasileiro. Depois que o governo Jair Bolsonaro cortou vários investimentos em políticas públicas, o Brasil está vivenciando uma das piores crises de sua história. E os reflexos estão surgindo por todos os lados. Após a proliferação dos focos de incêndio que dominaram a Amazônia e o Pantanal, sem nenhum controle, o estado do Amapá passou vários dias sem luz elétrica, internet e água nesta semana, em plena pandemia do novo coronavírus. Também nesta semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério da Saúde e o Governo do Distrito Federal sofreram ataques de hackers em suas redes de computadores.

No dia 03/11, uma forte tempestade atingiu o Estado do Amapá. Mais de 760 mil pessoas ficaram sem energia elétrica, conexão com a internet e água. O problema atingiu 13 de um total de 16 municípios daquele estado. Como os postos de gasolina não podem operar sem energia, todos ficaram sem combustível. Também não havia como sacar dinheiro em caixas eletrônicos e comprar alimentos e água com cartão. A falta de estrutura e de socorro por parte do Governo Federal, fez com que o apagão geral se estendesse a diversas cidades. Mas o presidente não está preocupado com a situação do Amapá; apenas em beneficiar sua família ou livrar seus filhos dos vários escândalos que se acumulam.

Insegurança na Internet

A desestruturação do estado brasileiro também reflete na segurança da rede de informática do país. Um ambiente que já é inseguro, torna-se cada vez mais perigoso. No dia 05/11, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou ter sido alvo de um ataque de hackers que criptografaram dados e forçaram o Tribunal a suspender sessões e tirar seu *site* do ar.

O ataque possibilitou a captura de arquivos do Tribunal referente a vários processos. A equipe de tecnologia do STJ teve que recorrer ao Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro, à Microsoft e a outras empresas que prestam serviços de tecnologia para a Corte para tentar recuperar esses dados. Segundo o Tribunal, o ataque não atingiu a cópia de segurança (*backup*) dos arquivos, preservando os processos bloqueados. Outros ciberataques também atingiram o Ministério da Saúde e o Governo do Distrito Federal, danificando computadores com vírus.

Ameaças ao Serpro e Dataprev

É diante desse ambiente de insegurança que o governo Bolsonaro pretende dar mais um passo atrás e entregar para a iniciativa privada os serviços prestados pelo Serpro, considerada a melhor empresa de Tecnologia da Informação do Brasil, e Dataprev.

O Serpro e a Dataprev concentram milhares de dados da população brasileira: desde informações referentes ao registro de nascimento, passando por documentos de identificação e contas bancárias até quanto se contribuiu para Previdência ou se pagou de impostos ao longo da vida. São dados fiscais, contábeis, econômicos, pessoais e previdenciários. O Serpro possui 22 milhões de contas de brasileiros. Já a Dataprev é responsável pelo pagamento mensal de 33 milhões de benefícios.

Perigo na rede

O temor de especialistas da área e dos servidores das duas empresas é de que essas informações fiquem nas mãos de empresas privadas inseguras. Hoje, o cadastro de dados passou a ser tão valioso quanto o

petróleo. Isso porque essas informações passaram a ser usadas comercialmente por diversas empresas. Elas também passaram a ser fundamentais para a derrubada de democracias e direcionamento de eleições ao redor do mundo. Afinal, foi assim que Bolsonaro conquistou a última eleição presidencial. A sua campanha utilizou dados telefônicos da população para espalhar milhares de mentiras por meio do *WhatsApp*.

Outro temor diz respeito a falta de estrutura e compromisso da iniciativa privada. Importante lembrarmos que o seguro desemprego dos brasileiros passou um período sendo administrado pela Datamec, empresa de processamento de dados que foi privatizada em 1999. Em um certo momento, a Datamec passou a não dar conta dos pagamentos e milhares de brasileiros foram prejudicados até que o serviço foi repassado para a Dataprev. Isso porque as empresas privadas não têm compromisso com o atendimento ou a segurança dos cidadãos, mas apenas com o lucro. Qual a garantia que isso não voltará a acontecer? Por isso, devemos lutar contra as privatizações.



I FAÇA A DIFERENÇA I

Eleitores, eleitoras, candidatos e candidatas às eleições deste ano que se identificam com a classe trabalhadora têm agora uma importante ferramenta com dados econômicos e sociais, bandeiras de luta e a visão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de temas importantes que precisam ser defendidos em prol dos trabalhadores e das trabalhadoras, que vêm tendo seus direitos atacados pelo governo neoliberal de Jair Bolsonaro (ex-PSL).

Para a Central, as eleições municipais de 2020, em 15 de novembro, com 147,9 milhões de brasileiros aptos a votar, são cruciais diante de um governo de extrema direita que não tem propostas para a classe trabalhadora, a não ser a retirada de direitos.

No próximo domingo, 15/11, temos uma importante missão: votar em candidatos comprometidos com a classe trabalhadora e, principalmente, naqueles que tem como propostas a defesa do serviço público. Nessas eleições, faça a diferença: Não vote em candidatos que não defendam o serviço público!

=> Saiba tudo em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-lanca-plataforma-para-eleicoes-com-diretrizes-em-defesa-da-classe-trabalhado-39de>

#ForaBolsonaro

#EuDefendoOServicoPublico #EuDefendoOBrasil